Informativo do sindPREvs FENASPS

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná

FACEBOOK : https://www.facebook.com/sindprevssindserv.federais

NOTÍCIAS EM DESTAQUE 18 DE JUNHO

Novas regras não prejudicam ministros do ‘Trio Malvadeza’

Regras para aposentadoria não afetam ministros que as criaram

Ministros Nelson Barbosa, Joaquim Levy e Carlos Gabas. (Foto: Lula Marques/PT)

O “Trio Malvadeza” de ministros, que anunciou nesta quinta alterações nas regras de aposentadoria, tem algo em comum além da insensibilidade em relação aos velhinhos: nenhum deles será afetado pelas novas medidas. Servidor do INSS desde 1986, Carlos Gabas (Previdência), por exemplo, aposentando-se agora, teria pelo resto da vida proventos que hoje somam R$ 31 mil por mês.

Carlos Gabas se beneficiará da aposentadoria integral de servidores, que não fala em alterar. E ainda tem previdência privada: Prevdata.

Piloto de motos de luxo nas ruas de Brasília, Carlos Gabas não parece interessado em se aposentar pela previdência social que administra.

Nelson Barbosa (Planejamento), do “Trio Malvadeza”, acrescenta aos R$ 31 mil do salário de ministro R$ 4,1 mil como professor da UFRJ.

Joaquim Levy (Fazenda), adepto de previdência privada, não parece ter problemas de consciência ao alterar para pior a vida dos velhinhos. (FONTE: CLÁUDIO HUMBERTO)

Entenda como funciona o novo sistema de aposentadoria

As principais perguntas e respostas que explicam o modelo proposto pelo governo

(Crédito: Aniele Nascimento/Gazeta do Povo)

A medida provisória editada pelo governo muda já nesta quinta-feira (18) as regras para a aposentadoria no Brasil. A partir de agora, será possível pedir a aposentadoria integral por uma regra em que é somado o tempo de contribuição e a idade da pessoa. Entenda como vai funcionar o sistema:

Como funciona a regra 85/95?

Pela regra, o trabalhador precisa somar sua idade ao tempo de contribuição. Se esse resultado der 85 para mulheres, ou 95 para homens, é possível pedir a aposentadoria integral, desde que respeitado o tempo mínimo de contribuição.

Por que o governo quer elevar essa relação da regra 85/95?

Nas contas do governo, a regra 85/95 cria um desequilíbrio de longo prazo na Previdência. Assim, a proposta é que seja adicionado um ponto a cada dois anos até a relação chegar a 90/100 em 2022.

A regra acaba com o fator previdenciário?

Não, o fator continua funcionando. Assim, um trabalhador que não se encaixe na regra 85/95 poderá pedir o adiantamento da aposentadoria, mas com a incidência do fator, que reduz a renda mensal.
Ainda existe o tempo mínimo de contribuição?
Sim. Mulheres só podem pedir aposentadoria integral com 30 anos de contribuição, e homens com 35 anos. Assim, uma mulher com 55 anos de idade e 30 de contribuição, poderá pedir a aposentadoria integral sem incidência do fator previdenciário. Se ela atingir 30 anos de contribuição aos 53 anos, poderá optar por trabalhar mais um ano, ou se aposentar pelo fator previdenciário.
Continua havendo a aposentadoria por idade?
Sim. Mulheres com 60 anos e um homens com 65 anos podem pedir a aposentadoria por idade, desde que tenham 15 anos de contribuição.
Há exceções para a regra 85/95?
A MP editada pelo governo prevê que serão acrescidos cinco pontos à soma da idade com o tempo de contribuição no caso de professores que comprovarem exclusivamente tempo de efetivo exercício de magistério na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e Médio.
Quando a nova regra entra em vigor?
Ela vale a partir de 18 de junho, mas precisa ser aprovada pelo Congresso em 90 dias. (FONTE: GAZETA DO POVO)

A grande traição petista

Tudo se resume a uma coincidência: a presidente Dilma sancionou a lei que dificulta o acesso ao seguro-desemprego e vetou a lei que facilita o acesso à aposentadoria integral flexibilizando o famigerado fator previdenciário criado por Fernando Henrique Cardoso.
Nunca um partido de esquerda no poder traiu tanto as suas bandeiras originais.
Ainda não existe um monstro chamado tucano petista.
Mas já existe um frankenstein chamado petista tucano. (FONTE: JUREMIR MACHADO DA SILVA – CORREIO DO POVO)

Dilma se irrita com ida de senadores à Venezuela

A presidente Dilma Rousseff ficou muito irritada com todo este problema criado pelos senadores de oposição, liderados pelo tucano Aécio Neves (PSDB-MG), que decidiram ir à Caracas para uma visita de solidariedade aos representantes da oposição venezuelana, que estão presos no país vizinho, acusados de incitar o uso da violência nos protestos de 2014 contra o presidente Nicolás Maduro. Dilma achou que esta iniciativa da oposição colocou o governo brasileiro em uma espécie de "armadilha", criando um "constrangimento" para o Brasil. O Planalto considera que a viagem foi uma intromissão em assuntos internos da Venezuela.
No final desta tarde de quinta-feira o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), ligou para a presidente Dilma para conversar sobre a saia justa enfrentada pelos senadores naquele país, onde foram hostilizados por manifestantes pró-Maduro, quando estavam a caminho de uma reunião com opositores. No entendimento do governo, se os venezuelanos decidissem vir ao Brasil, por exemplo, verificar alguma de nossas condições, o Congresso brasileiro, assim como o governo federal, rechaçariam a ideia e criariam obstáculos.
Mesmo assim, o Ministério da Defesa e o Palácio do Planalto concordaram em ceder o avião da FAB para a viagem dos senadores, atendendo a um pedido de Renan e da comissão de Relações Exteriores do Senado. Lembravam ainda que onda começou com a divulgação de que os venezuelanos tinham negado permissão de sobrevoo e pouso, quando ainda não havia sido dada resposta. No governo, havia quem achasse que eles iam "empurrar com a barriga" a análise do pedido, uma forma de dizer não.
Mas, àquela altura já havia preocupação com as consequências desta viagem. O governo achava que eles nem sequer conseguiriam visitar mesmo os presos, porque outras delegações, comandadas inclusive por ex-presidentes, não obtiveram sucesso. De acordo com estes interlocutores de Dilma, esta visita de uma deleção de senadores era principalmente para criar um fato político. Entendiam que, se quisessem mesmo tentar viabilizar a visita e de ajudar os presos, teriam ido em silêncio, articulado tudo sem este estardalhaço que foi feito, criando um clima de animosidade contra eles mesmos, em um país que está totalmente dividido.

Uma das pessoas ouvidas pelo Estado questionou o que achariam os senadores se os americanos ou até mesmo venezuelanos viessem aqui ver nossas prisões ou demonstrar interesse de checar alguma coisa que consideram que está acontecendo errado em nosso país? Com certeza, prosseguiu, haveria um repúdio total. (FONTE: ESTADÃO CONTEÚDO)

PF prende Marcelo Odebrecht, um defensor da "ingerência" do setor privado no Estado

Sem privilégios – O que parecia impossível acabou acontecendo na manhã desta sexta-feira (19), quando a Polícia Federal deflagrou a Operação Erga Omnes, sétima etapa da Operação Lava-Jato, que desmontou o maior esquema de corrupção da história da humanidade, o Petrolão. Foi preso em São Paulo o empresário Marcelo Odebrecht, presidente da construtora que leva o nome da família. Além de Odebrecht, foram presos três executivos da empreiteira: Márcio Faria da Silva, Alexandre Alencar e Rogério Santos de Araújo. Na mesma operação policial, que acontece em quatro estados brasileiros, foi preso o presidente da construtora Andrade Gutierrez, Otávio Azevedo.

Dono de arrogância e presunção insuportáveis, Marcelo Odebrecht tem pelo menos um problema pela frente: a prisão de Márcio Faria, que no caso de delação premiada poderá mandar pelos ares a maior empreiteira do País. No final de maio, por meio de nota, a Odebrecht afirmou que "não participa de esquemas ilícitos, menos ainda com a finalidade de pagar vantagens indevidas a servidores públicos ou executivos de empresas estatais", mas não é isso que mostram as investigações realizadas pela PF e pelo Ministério Público Federal.

Márcio Faria foi citado várias vezes nos depoimentos prestados pelos delatores aos integrantes da força-tarefa da Lava-Jato, o que torna sua situação insustentável. Quem conhece os bastidores da Operação Lava-Jato sabe como Faria atuava em nome da construtora.

Há meses, quando o UCHO.INFO noticiou em detalhes a manobra ancorada pelo grupo Odebrecht que resultou na expropriação da Petroquímica Triunfo, de propriedade do empresário Boris Gorentzvaig, já falecido, muitas foram as ameaças feitas ao editor do site, mas nosso compromisso com a verdade prevaleceu, apesar das tentativas frustradas de intimidação. O assunto incomodou de tal forma o Palácio do Planalto e o agora lobista Lula, que assessores do ex-presidente perguntaram a jornalistas de outros veículos midiáticos se estavam seguindo as matérias deste site.

É importante que Lula, Marcelo Odebrecht e seus quejandos saibam que no UCHO.INFO não se faz jornalismo de encomenda, assim como não se tergiversa. Aqui faz-se jornalismo com responsabilidade, debaixo do compromisso inviolável de revelar a verdade e defender os brasileiros das mazelas produzidas por aqueles que creem estar acima de todos e da lei.

É importante destacar que no final de 2014, Marcelo Odebrecht, em mais um rompante de ousadia e arrogância, afirmou, em entrevista ao jornal "Folha de S. Paulo", que não via problema no fato de a iniciativa privada ingerir no Estado como um todo. O que o empresário pensava por certo já não se sustenta depois da "Erga Omnes", expressão latina que significa "contra todos". Ou seja, não há privilégio algum para os amigos do poder, até porque a Constituição Federal é clara ao estabelecer, em seu artigo 5º, que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza"

Resta saber onde estão, a essa altura, os jornalistas "vendilhões" que por algumas quireras e adulações baratas se ajoelharam diante de um empresário que corre o risco de passar alguns longos anos contemplando o nascer do astro-rei de forma geometricamente distinta.

Juiz prende também presidente da Andrade Gutierrez (dir.)

Marcelo Odebrecht e Otávio Marques Azevedo, presidente da Andrade Gutierrez, estão entre os alvos da 14ª fase da Operação Lava Jato. (Fotos: Estadão Conteúdo)
O juiz federal Sergio Moro mandou prender Marcelo Odebrecht, presidente da maior construtora brasileira, que concentra mais de 50% dos contratos da Petrobras e dos financiamentos do BNDES no exterior. Moro, que coordena a Lava Jato determinou nesta sexta-feira à Polícia Federal o cumprimento de 59 mandados judiciais, na 14ª fase da Operação Lava Jato, sendo 12 de prisão. Também foi preso Otávio Marques de Azevedo, presidente da empreiteira Andrade Gutierrez.
Além de Marcelo Odebrecht, também foram presos seus executivos Rogério Araújo e Márcio Freitas, que o representava, segundo os investigadores, na coordenação das empresas que se cartelizaram para fraudar licitações, distribuir contratos e subornar autoridades. Quatro dos mandados de prisão, cinco de condução coercitiva e 17 de busca e apreensão são cumpridos em São Paulo. A PF vasculha os escritórios da Odebrecht na capital paulista. (FONTE: UCHO.INFO)

Comissão aprova extensão da aposentadoria compulsória para servidores públicos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou, nesta quarta-feira (17), projeto de lei (PLS 274/2015 – Complementar) do senador José Serra (PSDB-SP) que eleva de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória dos servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A proposta segue para votação em regime de urgência no Plenário do Senado.
O PLS 274/2015 – Complementar recebeu parecer favorável, com emenda, do senador Lindbergh Farias (PT-RJ). A emenda formulada se destinou a abranger na medida também os membros dos Tribunais e Conselhos de Contas e os membros das Defensorias Públicas. A extensão da aposentadoria compulsória alcançará ainda os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público.
“Além de permitir a manutenção na ativa daqueles servidores que ainda podem em muito contribuir ao País, a aprovação do PLS 274/2015 – Complementar representará uma importante economia nos gastos com o RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), reduzindo o déficit previdenciário da Administração Pública”, considerou Lindbergh em seu parecer.
O senador Benedito de Lira (PP-AL) saudou a aprovação da proposta pela CCJ e seu envio ao Plenário do Senado, lembrando que deverá complementar os comandos da PEC da Bengala, que já postergou a idade de aposentadoria compulsória para membros dos tribunais superiores. (FONTE: AGÊNCIA SENADO)

CCJ aprova reajuste de 78% para o Ministério Público

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou uma proposta que concede um reajuste de até 78% para servidores do Ministério Público Federal. A iniciativa é semelhante a uma anterior que passou pela comissão no dia 22 do mês passado, quando o colegiado aprovou uma proposta que concede aumento salarial para servidores do Poder Judiciário.
Numa rápida votação, os senadores também aprovaram uma proposta para acelerar a tramitação. Assim como no caso dos servidores do Judiciário, o projeto dos servidores do MPU - que engloba os MPs Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e Territórios - prevê um aumento salarial médio de 59,49%, escalonados em três anos a partir de 2015.
A decisão da CCJ cria uma dificuldade adicional para o governo, preocupado com o cumprimento do ajuste fiscal. O Executivo já costurava um acordo com os servidores do Judiciário para adiar, para 2016, a entrada em vigor dos reajustes.
Os servidores do MPU afirmam que há defasagem salarial para a categoria, uma vez que não têm um plano de carreiras e salários desde a lei aprovada em 2006. Dizem que só tiveram reajuste de 15,8% divididos entre 2013 e este ano.
Na CCJ do Senado, a proposta foi relatada pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que responde a inquérito movido pela própria Procuradoria-Geral da República por suposto envolvimento na Operação Lava Jato. Ele deu parecer favorável à proposta.
"A proposição almeja, essencialmente, recompor a remuneração dos servidores do Ministério Público Federal, tema de absoluta justiça. A remuneração desses servidores encontra-se defasada em relação a carreiras equivalentes dos Poderes Executivo e Legislativo, fato que tem ocasionado o aumento da

rotatividade de servidores, com significativo prejuízo à atividade do Ministério Público", afirmou Raupp, que não estimou em seu parecer o impacto fiscal com a eventual aprovação da medida.
As duas propostas - do MPU e da Justiça - agora estão prontas para serem apreciadas em plenário. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), já anunciou que a proposta dos servidores da Justiça será votada no dia 30 em plenário. Até lá, o governo busca fechar um grande acordo salarial para garantir o aumento dos servidores da Justiça e das demais categorias do funcionalismo. (FONTE: AGÊNCIA ESTADO)

Magistrados criticam PEC que permite troca de partido sem perda de mandato

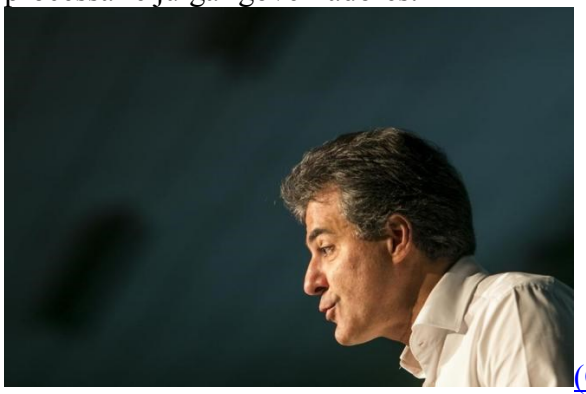
Parlamentares afirmam que o texto "liberando" a infidelidade sofrerá resistência ao chegar no Senado

Juristas e senadores criticaram ontem a "janela" de 30 dias criada pela Câmara para que políticos possam trocar de partido sem perder o mandato. A proposta foi aprovada na quarta-feira à noite, na última rodada de votações do 1º turno da PEC da reforma política, por meio de uma emenda assinada pelo líder do PTB, Jovair Arantes (GO). Para ex-ministros do TSE, é no mínimo curioso determinar a fidelidade às ideias de uma legenda e, ao mesmo tempo, conceder um prazo para fugir a essa regra. A "janela" também deverá ser rediscutida no Senado.
Segundo o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral José Eduardo Alckmin, a janela aprovada pelos parlamentares é "francamente inconstitucional" e certamente será questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) por ferir a soberania do voto popular. Para ele, o eleitor pode ser enganado com a medida. "O cidadão vota num político do DEM, de oposição, e ele resolve mudar para o PT ou legenda da base aliada. O eleitor acaba sendo alvo de infidelidade extrema", criticou.
De acordo com o advogado eleitoral, os políticos chegam ao Congresso, principalmente na eleição proporcional para deputados, com a ajuda dos partidos, e isso não pode ser ignorado. "Pode mudar de partido? Pode, mas deixa a cadeira para trás", defendeu Alckmin. "A ideia da janela é muito complicada."
O ministro do STF Marco Aurélio Mello preferiu não opinar juridicamente sobre o caso. Mas ele destacou que a fidelidade partidária foi decidida pelo TSE anos atrás e faz parte do Código Eleitoral. Ele afirmou que a opção política foi tomada por um Congresso "em fase de busca de fortalecimento". "De início, é um problema de conveniência", afirmou o ministro do Supremo. "Não sabia que há tantos pretendentes para a troca de camisa", continuou Marco Aurélio. Com ironia, lembrou que é flamenguista desde criança e nunca trocou de time, apesar de a esposa torcer para o Fluminense e de ter parentes vascaínos.
Um ex-ministro do TSE ouvido pelo jornal avaliou que a decisão dos deputados não contraria os julgamentos do tribunal. A fidelidade partidária existia antes da Constituição de 1988, e acabou não sendo incluída na nova Carta Magna após muito debate entre os parlamentares. Agora, depois das decisões do TSE e do próprio STF sobre o tema, os deputados parecem querer corrigir isso, na avaliação desse ex-ministro.
"Ou se faz uma regra que vale sempre, ou se mantém a atual. A meu ver não há justificativa para criar essa 'janela', me parece algo casuístico", disse a senadora Ana Amélia (PP-RS). "Espero que esta Casa (o Senado) tenha o juízo necessário para rever essa questão, com calma", disse ela. Opiniões similares foram ouvidas entre os senadores designados na tarde de ontem para uma Comissão Especial que analisará temas da reforma política. A Câmara terá de aguardar cerca de uma semana (cinco sessões com quórum) antes de votar o 2º turno da PEC. Só então a proposta formulada pelos deputados irá ao Senado.(FONTE: CORREIO WEB)

Richa pede e STJ nega que investigações da Receita Estadual saiam do Paraná

Governador pediu que inquéritos da Operação Publicano saíssem do estado. Ministro do Superior Tribunal de Justiça afirma que isso causaria prejuízos às investigações
O governador Beto Richa (PSDB) pediu à Justiça que suspendesse e remetesse os inquéritos da Operação Publicano, que investiga o esquema de corrupção da Receita Estadual, para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). O pedido foi negado pelo ministro João Otávio de Noronha, que considerou que isso provocaria

“prejuízos à marcha do inquérito”, segundo decisão publicada na terça-feira (16). As informações são da Agência Folhapress.
De acordo com a agência, o tucano argumentou que os inquéritos fazem menção a seu nome, e reclamou que não lhe foi permitido o acesso aos autos. Por isso, pediu seu envio ao STJ, que tem a competência de processar e julgar governadores.


(Crédito: Marcelo Andrade/Gazeta do Povo)

No entanto, na decisão, Noronha afirmou que o governador não foi indiciado formalmente e não há indicativos de que ele, pessoalmente, seja alvo das investigações. O próprio juiz da Vara Criminal de Londrina, responsável pelo processo, informou que Richa “não é investigado diretamente, malgrado haja menções ao seu nome em alguns depoimentos”.
Em um acordo de delação premiada, o ex-inspetor regional de fiscalização da Receita Estadual em Londrina e, atualmente, auditor fiscal, Luiz Antônio de Souza, afirmou que cerca de R$ 4 milhões foram arrecadados no esquema da Receita para a campanha de reeleição do governador. Richa e o PSDB negam.
Os advogados do governador dizem, segundo a Folhapress, que o vazamento do depoimento dos delatores tem sido “um atentado à democracia e ao Estado de Direito”, e que deveria haver amplo acesso da defesa aos autos, inclusive para colaborar com as investigações - por isso, o pedido ao STJ.
“Sai todo dia o nome do governador na imprensa e a gente nem está sabendo o que é”, argumentou o advogado Eduardo Sanz, que defende Richa, à agência. “É um absurdo, é uma investigação sigilosa que fica vazando. Seria uma irresponsabilidade não querer saber o que está acontecendo.” (FONTE: JORNAL DE LONDRINA, COM INFORMAÇÕES DA FOLHAPRESS)

Francischini bate boca na Câmara sobre repressão a manifestantes no Centro Cívico

(Crédito: Henry Milléo/Gazeta do Povo)
O deputado federal Fernando Francischini (SD) se envolveu na tarde desta quinta (18) numa discussão no Congresso em função de sua atuação na Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp). O bate-boca com o deputado Paulo Pimenta (PT) ocorreu em função da repressão aos professores no Centro Cívico em abril.
A informação é do jornalista Rogério Galindo, do blog Caixa Zero, da Gazeta do Povo.
Segundo o blog, Francischini afirmou que o PT estava fazendo uma “malvadeza” ao rejeitar emenda que permitia desconto de compra de livros no Imposto de Renda para professores. Foi então que Pimenta, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos, respondeu a crítica, lembrando da Batalha do Centro Cívico.
“Eu não posso ficar calado ouvindo o deputado Francischini falar que isso é ‘malvadeza contra professores’. Até hoje o Centro de Curitiba está manchado com o sangue de centenas de professores, que foram espancados barbaramente, numa ação violenta jamais vista nesse país, no momento em que ele era secretário de Segurança, e por conta desse episódio foi corrido do governo do estado e mandado de volta para Brasília.”
Francischini contra-atacou dizendo que o deputado do PT só ouviu um lado ao vir para o Paraná, e nem procurou o governo para ouvir explicações.

“Ele está com amnésia. Está esquecendo que é do PT, o partido da presidente Dilma, que tem as mãos sujas de sangue da Venezuela. (…) É fácil falar de massacre onde não morreu ninguém e não tem ninguém ferido gravemente. Mas queria deixar meu voto de repúdio ao deputado Paulo Pimenta, que como presidente da Comissão de Direitos Humanos foi parcial, desrespeitoso, foi ao Paraná, marcou com o governador, fingiu que ia para fazer figuração na imprensa.” (FONTE: JORNAL DE LONDRINA, COM INFORMAÇÕES DO BLOG CAIXA ZERO)